

OS FLUXOS DA AÇÃO POLÍTICA PELA ÁGUA NO SERTÃO DE ITAPARICA¹

Carla Souza de Camargo² – Doutora em Ciências Sociais (Unicamp/São Paulo)

Palavras-chave: Povos Indígenas, Nordeste do Brasil, Projetos de Desenvolvimento.

A partir de uma etnografia dos processos de negociação, articulação e resistências de povos indígenas com diferentes agentes envolvidos no processo de construção do Eixo Leste da Transposição do Rio São Francisco, o objetivo deste artigo é colocar em discussão como esta obra está imbricada em uma região de intensa modificação ocasionada pelos grandes projetos de desenvolvimento, causando grande instabilidade aos povos tradicionais que ali habitam. Mesmo que o projeto se designe inicialmente como uma obra de desenvolvimento que veicula um interesse próximo a uma política pública, que busca a garantia de acesso à água – sendo o slogan do projeto de transposição a frase “água para quem tem sede” -, hoje o panorama que é colocado por sua construção opera antes como um objeto de insegurança aos povos indígenas e comunidades rurais diretamente implicados. Outro ponto fundamental para a discussão é demonstrar que longe de se apresentar como um lugar estéril por conta de condições naturais hostis, o sertão de Itaparica é portador de territórios produtivos, altamente fragmentado, profundamente desigual e intensamente povoado, ao mesmo tempo que contraditoriamente escolhido como um foco de grandes obras de desenvolvimento. Minha pesquisa de doutorado foi conduzida entre os anos de 2013 e 2017, com um trabalho de campo na microrregião do sertão de Itaparica. Insisto em chamar de sertão de Itaparica por ser uma forma mais sintética para me referir ao espaço da pesquisa etnográfica, mas isso não quer dizer que outros espaços também não tenham feito parte da pesquisa de campo que servirá de embasamento para análise, como cidades no Sertão do Pajeú e no Vale do São Francisco da Bahia. Especificamente, fazem parte desta pesquisa meus trajetos pelas cidades de Serra Talhada, Ibimirim, Floresta, Jatobá, Petrolândia e Rodelas.

O PAC I E II E AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS

No Brasil, as últimas décadas do século XX e a primeira década do século XXI marcaram um período de remodelamento das antigas políticas públicas. Cada vez mais

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF

² E-mail: carla@decamargo.com.

interessadas pela singularidade e pela diferença entre as camadas sociais a que eram direcionadas, as novas políticas sociais eram preferidas em relação às antigas políticas públicas, informadas majoritariamente pela universalidade de abrangência e pela igualdade jurídica de direitos. Da Consolidação das Leis Trabalhistas, do INPS (Instituto Nacional de Previdência Social) ou do Inamps, seguro saúde garantido aos trabalhadores contribuintes da previdência social, passamos, num contexto de reinvenção dos movimentos sociais, dos partidos políticos, e da relação entre academia e política a partir do final dos anos 70.

Nesse contexto, as populações tradicionais e os povos indígenas conquistaram alguns espaços importantes de resguardo de suas práticas, modos de vida, recursos naturais e acesso à terra. Ressalta-se, nesse panorama, como a organização do movimento indígena nas décadas de 1970 e 1980 implicou diretamente na conquista de espaços anteriormente negados aos povos tradicionais até a Constituição Federal de 1988, principalmente, no que diz respeito aos direitos sobre sua língua, cultura, práticas, modos de vida e território tradicional.

Observou-se a consolidação de políticas públicas que visavam populações até então à margem da assistência governamental, como os próprios povos indígenas, negros e negras, mulheres, crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, entre outros. Essas políticas, políticas de ação afirmativa no sentido amplo do termo, buscavam estabelecer um novo patamar de justiça social e de igualdade jurídica de fato entre as camadas da população brasileira. Implementava-se, principalmente, por militantes, tecnocratas vinculados a movimentos sociais e intelectuais que a partir dos anos 90 ascendiam ao poder público, estimulados por um novo contexto estabelecido de debate com conselhos, conferências e comissões formuladas no paradigma do controle social e da participação popular. A partir dos anos 2000 a ampliação desse cenário de implantação de políticas sociais se deu a partir da eleição do presidente Lula.

Isso não implicava, contudo, que as ações seguissem de maneira uniforme um mesmo sentido. De um lado do espectro governamental, tínhamos, por exemplo, a problematização da questão racial³, da violência contra as mulheres⁴, da pobreza

³ Por exemplo, com a SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) e a consolidação das políticas de ações afirmativas no ensino superior brasileiro.

⁴ Com os casos mais significativos da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) e a consolidação das Delegacias de Defesa da Mulher.

extrema⁵, da oferta de vagas no ensino superior brasileiro⁶, ou da assistência a idosos⁷. De outro lado, uma margem significativa de problemas sociais era deixada em segundo plano, e até mesmo agravada por um viés das ações governamentais que remetiam ao passado desenvolvimentista do governo brasileiro.

Nesse ínterim, um novo panorama de desafios aos modos de vida tradicionais é configurado, nos últimos quinze anos, a partir da adoção de um projeto político para o desenvolvimento da infraestrutura do país. Este modelo de investimento político-econômico privilegiou ações que propunham a construção de obras de grande infraestrutura em diversas partes do Brasil, envolvendo principalmente a geração de eletricidade, intensificação da mineração e a construção de ferrovias, rodovias e portos, almejando tornar o país, em especial as regiões Norte e Nordeste, espaços mais atrativos ao investimento capital estrangeiro e nacional. Tais áreas do país eram consideradas inapropriadas para exploração e fixação de empresas e indústrias, por não oferecerem capacidade de suprimento hídrico, energético e, até mesmo, de escoamento de produção. Através desses atos de governo, considerados por muitos especialistas na área ambiental e tecnológica como desastrosos (e desastrosos), o governo brasileiro investia simultaneamente em frentes de seu projeto político: a geração de empregos e a criação de um espaço atrativo para empresas e indústrias se desenvolverem. Tais plataformas políticas estavam supostamente envolvidas com esquemas de beneficiamento de empreiteiras que eram, em grande parte, financiadoras das campanhas eleitorais⁸.

O Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco às Bacias do Nordeste Setentrional, popularmente conhecido por Transposição do Rio São Francisco, insere-se no cerne deste panorama desenvolvimentista. Esta obra apresenta-se como um projeto de infraestrutura hídrica, empreendido pelo Governo Federal sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, que busca solucionar problemas sociais e econômicos decorrentes da escassez de água. O projeto reside na construção de dois sistemas independentes – denominados eixos norte e leste – para a captação de água do rio São

⁵ Principalmente com os programas Fome Zero e Bolsa Família.

⁶ Com a ampliação de vagas nas Instituições Federais de Ensino Superior, com o REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), e a criação de novas Instituições, entre universidades e institutos federais, estes com oferta de vagas para ensino médio profissionalizante e para cursos tecnológicos.

⁷ Especialmente com a criação do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003).

⁸ Durante o trabalho de campo, diversos presidentes de empreiteiras ligadas ao governo federal e a obras do PAC foram presos pela operação lava-jato. Diversas empreiteiras ligadas a Obra da Transposição tiveram trabalhos reduzidos, alterados ou encerrados durante o desenvolvimento da pesquisa..

Francisco entre as barragens de Sobradinho e Itaparica, em Pernambuco. Nestes sistemas, ainda está prevista a construção de canais, reservatórios, estações de bombeamento e usinas hidrelétricas. Segundo o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA, 2004) que licencia a obra, o principal objetivo é assegurar a oferta de água para suprir as necessidades de abastecimento de municípios do semiárido, do agreste pernambucano e da região metropolitana de Fortaleza. Essa região atendida pelo projeto encontra-se na área delimitada como Polígono das Secas⁹ e a população que será assistida é estimada em 12 milhões de habitantes. Entretanto, quando o projeto de Transposição do São Francisco toma corpo, diversos seguimentos da sociedade mostram-se contrários à sua realização, por diversos motivos, dentre eles, principalmente, os impactos socioambientais que lhes são decorrentes¹⁰.

O problema das secas em municípios do Nordeste brasileiro e os fluxos de migração para áreas não afetadas é antigo, sendo descrito pela primeira vez ainda durante o Brasil-Colônia (VIANA, 2005; RIMA, 2004; TEÓFILO, 1979; VILLA, 2001). Após a independência do Brasil, em 1838, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que tinha por função propor ações que impulsionassem o desenvolvimento do país, entre elas, soluções científicas para o combate das secas. O chefe de um grupo de especialistas do IHGB, o Barão de Capanema, em 1859, é o primeiro a esboçar um sistema que desviasse uma porção das águas do rio São Francisco para o interior do Ceará (RIMA, 2004). Porém, não existiam meios para a realização deste projeto e optou-se pela construção de estruturas de armazenamento de água. Outros órgãos como a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foram criados com a proposta de gerar melhor condições de desenvolvimento para o Nordeste, não somente mediante ao combate à seca,

⁹ O chamado polígono das secas foi circunscrito pela lei nº 1.348, de 10 de fevereiro de 1951. É assim circunscrito por se tratar de uma extensão do território onde o regime pluviométrico é marcado por irregularidade de chuvas, temporal e espacialmente (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA [MME], 2005).

¹⁰ MENEZES (2009) mapeia alguns conflitos decorrentes deste projeto, e aponta a criação do Fórum Permanente da Defesa do São Francisco da Bahia como coletivo articulado de vários seguimentos da sociedade civil que por meio de sua mobilização participaram da formulação de programas adjacentes ao projeto principal.

mas também a partir da geração de Energia Elétrica e desenvolvimento industrial e agrícola.¹¹

Destacada dos contextos sociais e geográficos específicos, a seca como risco natural não pode mais ser entendida como um elemento válido para motivar uma obra como a transposição do São Francisco. A seca pode ser descrita como um processo ecológico, econômico e social, com diversas camadas semânticas quando se trata da questão associada à região Nordeste do Brasil. A seca não é só o processo decorrente do baixo índice pluviométrico da região¹². Ela assume contornos muito diversos: na literatura, na mídia, na política e também no senso comum. Elemento fundamental no desenvolvimento da história política do país, a seca é comumente associada à migração, o que mudou muito depois dos anos 2000. O Censo 2010 (IBGE, 2010) aponta, por exemplo, uma redução em aproximadamente 30% a migração dos estados de Pernambuco e Paraíba para outros estados do país na última década. Segundo dados do Ipea (2010), acerca da migração interna no Brasil, publicados em 2010, percebe-se que durante quase uma década 2000-2008, as migrações do Sudeste para o Nordeste superaram significativamente as migrações do Nordeste para o Sudeste.

A Transposição do rio São Francisco compõe um panorama desenvolvimentista, inserido nos projetos federais chamados “Programa de Aceleração do Crescimento” - PAC I e II, o primeiro lançado em um plano de metas no primeiro mandato do Presidente Luis Inácio Lula da Silva (2004-2007), entrando efetivamente em atividade em 2007 e o segundo durante o governo da Presidente Dilma Rousseff, em 2011.

Não foram poucas as movimentações da sociedade contra a maior parte dos projetos propostos desde o primeiro PAC, pois resgatavam ideias propostas em diferentes momentos da política brasileira, muitos deles idealizados durante a ditadura militar. Uma mistura de visões megalomânicas, soluções milagrosas, construções faraônicas que traduziam uma concepção de desenvolvimento renovada, que não alterava significativamente, contudo, os moldes de construção e implementação dos projetos de desenvolvimento no sertão de Itaparica. Este modelo de Estado apostava nos

¹¹ Atualmente, três órgãos (DNOCS, CODEVASF e SUDENE) estão vinculados ao Ministério da Integração Nacional, responsável pelo Projeto da Transposição do rio São Francisco. A CHESF é vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

¹² Segundo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio, 2011), o índice pluviométrico das cidades do sertão de Itaparica é de 600 milímetros anuais, enquanto que no vale do São Francisco o índice é ainda menor, cerca de 500 milímetros anuais.

megaprojetos como garantia desenvolvimento, sem considerar duas pautas essenciais delicadamente traçadas na Constituição de 1988: os direitos das populações tradicionais sobre seu território e a necessidade de defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Apesar de circunscrever-se em uma área precisa, a questão da Transposição do São Francisco e as populações tradicionais implicadas pela obra encontra ressonâncias em diversas regiões do país, em especial a região Norte e Centro-Oeste. A construção da Usina Hidrelétrica de Jirau (RO), Usina Hidrelétrica Santo Antônio (RO), Usina Hidrelétrica Belo Monte (PA) e o projeto do Complexo Hidrelétrico do Tapajós (PA) são alguns destes projetos, as duas primeiras colocando amplamente um risco a indígenas isolados e uma dezena de povos indígenas da bacia do Rio Madeira¹³. Os projetos Belo Monte e Tapajós tiveram maior repercussão da população, ganhando espaço até mesmo na grande mídia, envolvendo uma série de atores que ainda tentam evitar os imensos danos ambientais e sociais às populações indígenas implicadas¹⁴; tais obras passaram com diversos embargos e retomadas em sua construção.

Ao todo, os PAC I e II colocaram em marcha 211 projetos de infraestrutura hídrica, 31 no Estado de Pernambuco. Estas propostas do governo federal privilegiam a construção de barragens, adutoras e perímetros irrigados, em sua maioria, em estados do Nordeste e também Minas Gerais, que compõem o Semiárido brasileiro.

Percorrendo grande parte da região do semiárido brasileiro, o rio São Francisco é considerado o rio da “Integração Nacional”. Essa nomenclatura lhe foi dada por sua grande extensão, e foi originada imersa no imaginário da construção nacional e, depois da década de 1940, o rio São Francisco começa a transformar-se num caminho operativo da busca pelo desenvolvimento regional (LIMA, 2002). O rio nasce em Minas Gerais, nas proximidades da Serra da Canastra e fornece água para 6 estados (Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Goiás), sendo sua bacia responsável pelo abastecimento de 504 municípios (TOMÁZ, Alzeni et all. s/d e RIMA, 2004). Somando-se a isso, o rio apresenta imensa diversidade sociocultural, sendo apontado um total de 32 povos indígenas que têm população estimada em torno 70.000 indígenas (TOMÁZ,

¹³ A FUNAI alertou o risco aos indígenas isolados e também aos povos Karitiana, Karipuna, Urueu-Wau-Wau, e Katawixi. Indiretamente também alertam riscos aos povos Parintintin, Tenharim, Pirahã, Jiahui, Tora, Apurinã, Mura, Oro Ari, Oro Bom, Cassupá e Salamã.

¹⁴ Asurini do Xingu, Araweté, Kararaô, Arara da Volta Grande, Xipaya, Mundukuru, Juruna, Kuruaya, Parakanã, Xikrins do Bacajá, Kayapó e Munduruku.

Alzeni et all., s/d)¹⁵. Além destes, há um grande número de comunidades rurais, entre ribeirinhos, quilombolas e camponeses, que se alimentam do rio e possuem uma ligação identitária muito especial com ele, não raro chamado “o Velho Chico” (DHESCA, 2010). Para grande parte dos povos indígenas, o rio São Francisco é chamado de Opará (CIMI, s/d), que significa “o rio-mar”, fonte de recursos, mas também abrigo de *Encantados*¹⁶.

Os grupos com os quais realizei pesquisa, Tuxá, Pankararu e Pipipã foram implicados pelo projeto de transposição do Rio São Francisco. Apesar da existência de diversos grupos indígenas na região, como demonstrado em ampla literatura sobre o Vale do São Francisco (PINTO, 1938; HOHENTAL, 1960; MELATTI, 1970; PIERSON, 1972), nos relatórios oficiais produzidos por estudos de impacto ambiental, somente o povo Pipipã aparecia como população indígena diretamente impactada com a construção do “Eixo Leste”. Isso porque o canal leste atravessa o território reivindicado pela etnia, ainda em fase de titulação, além de localizar-se aos pés da Serra Negra, uma reserva biológica de grande importância para diversos grupos étnicos, território reivindicado como sagrado e indissociável da vida social do povo Pipipã.

Mesmo que o Estado, através de diversos agentes, instituições e rotinas que o compõe, tenha como obrigação legal promover a reparação aos povos e comunidades diretamente implicadas por obras de desenvolvimento, paradoxalmente, é dele também a obrigação identificar, eleger e, também, excluir quem faz parte da população “impactada”.

A partir do meu trabalho de campo junto às associações e lideranças comunitárias, percebi que haviam diversos povos indígenas que reclamavam seus direitos de participar das decisões sobre o rio São Francisco. Esses povos não moravam no território a ser tomado pelo canal leste da Transposição, mas haviam sido desterritorializados pela construção de uma barragem na década de 1980 e exerciam constante ação política reivindicando a continuidade de suas relações com o rio. Por meio de diversos fluxos que

¹⁵ A grande diversidade sociocultural motivou diversas pesquisas e trabalhos na região. Os primeiros estudos de comunidades do São Francisco datam a década de 50, com mais de vinte pesquisadores coordenados por Donald Pierson, em um projeto financiado pelo Instituto de Antropologia Social do Smithsonian Institution e a Companhia do Vale do São Francisco (PIERSON, 1972; LIMA, 2002).

¹⁶ Os *Encantados* me foram apresentados como índios que se encantaram em vida, que antes da morte passam por uma transformação, tornando-se imortais e usam como morada elementos nativos do meio ambiente. Em cada povo existem diferenças quanto aos sinônimos aplicáveis a estes entes, mas em alguns casos, eram chamados de *Encanto*, *Mistério*, *Encantado de Luz*, *Guerreiros Encantados*. Para uma melhor descrição dos Encantados, ver Arruti (1996) e Albuquerque (2017).

integram a relação entre o rio São Francisco e os povos indígenas do sertão de Itaparica, passei a investigar a ação política desses povos, junto a seus muitos *parceiros*.

Entre o rio São Francisco e as Serras, os povos indígenas do sertão de Itaparica reconhecem diversos fluxos imbricados aos da água. Isso porque, estes povos partilham traços em comum em suas cosmologias, que se compõem através dos elementos nativos da paisagem do sertão. Essa cosmologia ecológica, de caráter concreto e cotidiano, é muito sensível às mudanças no ambiente nativo, que significam um risco não somente às entidades não-humanas, mas também plantas, animais e homens. Desta forma, cada qual a sua maneira, os três povos indígenas com os quais me relacionei de maneira mais próxima durante o trabalho de campo elaboram as noções de preservação ambiental como medidas práticas à preservação de suas existências. Ao mexer com o ambiente no qual se constituem diversas concepções de mundo material, de maneira imbricada com os territórios onde se inscrevem o *sagrado*¹⁷, a intervenção Estatal constitui grande risco e ameaça aos modos de vida que se constituem neste território. As intensas transformações no território no sertão de Itaparica incidem diretamente sobre os corpos, as paisagens e o rio, colocando todos estes elementos sob o signo de vulnerabilidade.

O SERTÃO DE ITAPARICA: DO *DILÚVIO* À TRANSPOSIÇÃO

“Para falar dos impactos da Transposição, primeiro você tem que falar das barragens”, recomendou-me com veemência Raimundo Nonato, cacique do povo indígena Tuxá de Rodelas¹⁸, quando fomos apresentados. O povo Tuxá foi desterritorializado por volta de 1985 no processo de construção da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga, também chamada UHE Itaparica. Na ocasião, diversas comunidades foram removidas de suas terras, pois o empreendimento de construção da barragem acarretou a submersão de territórios entre Bahia e Pernambuco, provocando o desalojamento de cerca 40 mil pessoas ou 10.500 famílias.

¹⁷ Os elementos da Caatinga compõem diversas cosmologias entre os povos indígenas do sertão de Itaparica que, no entanto, partilham de elementos comuns. No centro desse sistema de trocas, o rio, a Jurema, o Croá e os *Encantados*, produzem congruências que permitem aos povos a partilha de ações e intensões rituais em momento de ação coletiva.

¹⁸ Os Tuxá de Rodelas têm dois caciques, Raimundo Nonato e Anselmo da Conceição.

Após reiterar a importância do estudo das barragens, o cacique Raimundo me alertou para as diversas correlações entre os projetos hidrelétricos no São Francisco e o projeto da Transposição¹⁹. Não obstante, o líder Tuxá evidenciou a relação de interdependência entre o lago de Itaparica e o canal leste da Transposição, uma vez que a captação do canal retira água de uma represa contígua ao lago de Itaparica, que fora artificialmente construída dentro do projeto da Usina Hidrelétrica de Itaparica (UHE Luiz Gonzaga).

Separados por duas décadas, os projetos em questão foram executados pelo Governo Federal, embasados em justificativas que visavam interesses muito diferentes. Enquanto as barragens foram consideradas como indispensáveis para produção de eletricidade a partir do uso das águas do Rio São Francisco, a Transposição do Rio São Francisco aparece sempre atrelada à prerrogativa da disponibilização de água *a quem tem sede*²⁰. No entanto, a partir do contato com as comunidades tradicionais no sertão de Itaparica evidenciam-me a perspectiva local de que tais “projetos de desenvolvimento” partilham sempre uma mesma rubrica, método de execução e de uma finalidade muito nebulosa, injustificável aos olhos das comunidades tradicionais diretamente envolvidas.

A primeira correlação apontada entre os projetos relacionados no sertão de Itaparica são as comunidades tradicionais e ribeirinhas, que estão sendo diretamente afetadas pelas modificações no rio São Francisco. Dentre estas, é importante destacar os setores sociais que dependem do lago da hidrelétrica Luiz Gonzaga. É inegável o quanto a construção do canal Leste da transposição afeta os habitantes deste território. O rio São Francisco se represa no lago de Itaparica, e assim, o fluxo de água disponibilizado pelo canal Leste apenas pode ser escoado a partir deste lago. Com isso, todos os fluxos liberados pelas hidrelétricas, já anteriormente negociados entre os gestores das águas e os setores sociais que dependem do lago de Itaparica, precisarão ser renegociados quando a obra estiver completa. Desde a construção de Itaparica, as comunidades tradicionais perderam o livre acesso à água, bem como, as técnicas tradicionais de manejo baseadas nos diferentes fluxos naturais do rio. Atualmente, tais comunidades dependem de uma negociação constante sobre a vazão volumétrica de água que será liberada pelos reservatórios das

19 Opto por chamar o Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco às Bacias do Nordeste Setentrional por se tratar da forma que meus interlocutores de pesquisa se referem a esta obra.

20 Em diversos materiais de divulgação midiática e propaganda do Governo Federal, a obra sempre aparece ligada a este Slogan: “Projeto São Francisco. Água a quem tem sede”.

hidrelétricas do São Francisco, principalmente acerca dos fluxos provenientes da UHE de Sobradinho.

A segunda correspondência traçada em relação projetos de desenvolvimento no sertão de Itaparica, é o interesse de décadas do Governo Federal pela região do submédio e baixo São Francisco. Podemos perceber um empenho de quase cinquenta anos na construção de um complexo hidrelétrico ao longo do Rio São Francisco, que ainda não foi concluído. A construção da UHE Luiz Gonzaga (1979-1988) faz parte deste complexo de usinas para a geração de eletricidade ao longo do São Francisco, que já conta com as seguintes hidrelétricas finalizadas: UHE Paulo Afonso (complexo de quatro hidrelétricas, 1954-1979), UHE de Sobradinho (1973-1979) e UHE Xingó (1987-1994). No plano integral de execução da Transposição do São Francisco, existe a previsão de construção de duas hidrelétricas, as UHEs Pedra Branca e Riacho Seco que sucederiam a construção do canal leste. Ainda na região, a cidade de Itacuruba foi cotada pelo Governo Federal (através da empresa Eletronuclear) como a primeira cidade do Nordeste a receber a instalação de uma Usina Nuclear.

A terceira correspondência traçada por meus interlocutores de pesquisa é a ação política dos movimentos sociais em resposta a estes projetos de desenvolvimento. A visão de que os *empreendimentos* que visam a construção de Usinas Hidrelétricas têm ligação com a construção dos canais da Transposição do São Francisco, mais do que um discurso, é expressa pela ação política das comunidades locais. A noção de *empreendimento*, mobilizada em distintos contextos por meus interlocutores de pesquisa, busca agregar a ideia de que existe um lucro monetário ou negociata em relação às grandes obras, entendendo que estas expressam na proposta de “desenvolvimento” o atendimento a interesses de pequenas elites locais que visam rentabilidade em detrimento da aniquilação dos modos de vida tradicionais ligados a esta territorialidade.

Em poucas palavras, a noção de *empreendimento* busca enfatizar que os grandes projetos na bacia do São Francisco trazem consigo imensuráveis perdas ao rio e aos seus povos, em favor do lucro de uma minoria. Francisco Carlos Dipeta Tuxá²¹, coordenador da APOINME no norte da Bahia, deixou clara a sua visão sobre estes *empreendimentos*.

21 Francisco Carlos Dipeta dos Santos Assis e sua família foram muito generosos comigo e me ensinaram um pouco sobre as determinações, as motivações e desafios implicados na política indígena do Submédio São Francisco.

Segundo ele, as obras estão baseadas em estratégias de ação perversas para com as populações tradicionais, e, em especial, as indígenas.

Porque quando os empreendimentos vêm, eles vêm esfacelando, pra ficar mais fácil. Os grandes empreendimentos do governo, fazem o quê: dividir para esfacelar. (...) Então é isso, hoje a grande mídia, os grandes empreendimentos, tentam desconstruir tudo que a gente construiu há séculos, né?! Só que a gente não entra nessa linhagem, porque a gente resistiu.

(Diário de Campo, 20 de Março de 2015)

Nessa perspectiva, é importante ressaltar que a noção de *empreendimento* está relacionada a grandes projetos que já estavam decididos e negociados antes de serem apresentados à população diretamente impactada, e ao desrespeito de qualquer lei que implique a reunião ou consulta prévia às populações tradicionais.

Essa forma de entender os *empreendimentos* é comum às lideranças Tuxá com as quais mantive contato, sendo o sentido do termo constituído a partir das intensas modificações ocorridas não só nos espaços de vida do povo indígena, mas também, em toda a sua estrutura social em decorrência da construção da UHE de Itaparica. Na época da construção desta UHE, houve uma grande negociação com a CHESF para a realocação do povo Tuxá, mas o próprio processo de negociação foi tão complexo que acabou gerando disputas internas, que levaram à divisão do grupo.

Os Tuxá não viviam à margem do Rio São Francisco, mas dentro dele. Seu território era composto por um complexo de ilhas em torno da Ilha da Viúva, considerada a principal do arquipélago. Viviam da pesca, da exploração da agricultura de vazante e de um pequeno comércio de excedentes (SAMPAIO-SILVA, 1997). Detinham o controle de seu território e mantinham relações pouco conflituosas com os brancos urbanos de Rodelas, depois de décadas de luta contra proprietários de terra que detinham o poder político na região e avançavam violentamente sobre o território indígena (SALOMÃO, 2009). Com a inundação da antiga cidade de Rodelas e das ilhas habitadas pelos Tuxá, a CHESF em parceria com a FUNAI, promoveu diversos arranjos para o reassentamento de mais de 200 famílias Tuxá em uma área que, segundo o acordo de 1987, seria de 6.050 ha. No entanto, tal acordo não foi cumprido até hoje.

O que ocorreu foi a realocação dos Tuxá em três territórios apartados. Segundo Francisco Dipeta, a CHESF se aproveitou de fraturas de base familiar e dividiu o povo Tuxá em grupos: Tuxá de Ibotirama, Tuxá de Rodelas e Tuxá de Inajá. Cabe salientar que, atualmente, a ação política Tuxá visa agregar os grupos distanciados pelo processo de reassentamento promovido pela CHESF, bem como, cobrar a resolução das antigas pendências dos acordos da década de 1980 com a empresa.

A maior parte das comunidades removidas na construção do reservatório da UHE de Itaparica era composta por pequenos trabalhadores rurais, distribuídos entre sete municípios: do lado baiano, Glória, Rodelas e Chorrochó; do lado pernambucano, Itacuruba, Belém de São Francisco, Floresta e Petrolândia. Entre as populações diretamente implicadas na inundação dos territórios descritos, existiam alguns grandes proprietários, pequenos agricultores (45,6% dos reassentados), pescadores, arrendatários, meeiros e dois povos indígenas, os Tuxá e os Pankararu (ARRUTI, 1996).

A UHE Itaparica ocasionou a remoção de um grande número de comunidades de suas terras. O reassentamento dessas comunidades não foi feito nas imediações do novo reservatório, ficando a maioria dos reassentados em territórios apartados e muitas vezes sem acesso ao leito do rio. Como afirma Scott (2009), os reassentados foram levados para a caatinga, sem condições de produzir – uma vez que os projetos de irrigação demoraram muito para serem efetivados, quando o foram –, fazendo com que estas pessoas perdessem a noção espaço-temporal que lhes era provida pelo rio e mais do que isso, pareciam ter retornado a um modo de vida quase inóspito, narrado pelos pais ou famílias que haviam migrado das terras mais áridas em busca de solos mais férteis nas proximidades do rio. Para o autor, essa realocação se sustentou a custo de uma campanha enganosa, baseada na promessa de melhores condições de vida, através de propagandas, que transformava as “vítimas” do processo de alagamento em “beneficiários” de terras abundantes, como ilhas irrigadas no meio da caatinga. O resultado, radicalmente oposto aos objetivos enunciados, foi a perda de controle sobre a mão de obra familiar e a ineficiência na redução de desigualdade entre proprietários e trabalhadores.

Outro autor que trata dessa temática é Sampaio-Silva (1997) que, assim como Parry Scott, expõe que a falta de perspectiva foi o motor implacável dessa queda na qualidade de vida e empobrecimento das populações realocadas. O grande problema, apontado pelos autores, foi a crença na realidade inexorável do futuro que lhes era apresentada. Ainda segundo Scott, (Ibdem, p.176), a CHESF divulgava sua política

desenvolvimentista, que partia da ideia de que haveria uma causalidade direta entre a geração de energia elétrica, o progresso, o desenvolvimento capitalista e o a superação dos problemas sociais.

As comunidades reassentadas sofreram diversas modificações no seu modo de vida, organização social, meios de produção e também de manejo de meio-ambiente. O principal atrativo dos projetos de reassentamento da CHESF residiu na oferta de lotes irrigados para a agricultura. Por conta do histórico de baixo índice pluviométrico na região, mesmo com a proximidade em relação ao rio, a agricultura é muito difícil, sendo necessário algum tipo de mecanismo de bombeamento de águas para irrigação. Com os projetos de reassentamentos da CHESF, propagou-se a ideia de que os novos lotes de terra restituídos pela empresa seriam muito melhores que os antigos, já que havia a garantia de que aos novos lotes seriam destinados mecanismos de irrigação.

O modelo de reassentamento praticado pelos órgãos responsáveis pelos *empreendimentos* no rio São Francisco também pode ser entendido como uma importante continuidade entre a construção da UHE de Itaparica e a Transposição do São Francisco. Apesar do tempo que separa as obras, as formas de produção e aplicação dos projetos são semelhantes, principalmente, a forma de gerir as ações de mitigações oferecidas aos diretamente impactados.

Mesmo antes da construção da UHE de Itaparica, os Pankararu já sofriam com problemas decorrentes da seca, como apontado por Silva (2003 [1975]). Segundo o autor, os Pankararu trabalhavam na produção agrícola, através da venda direta para consumidores não indígenas, em feiras nas cidades próximas, principalmente Petrolândia e Tacaratu. Não contavam com qualquer tipo de auxílio do poder público à época para suas atividades produtivas e por isso enfrentavam muitas dificuldades, principalmente pela falta de investimento na agricultura.

A T.I. Pankararu²² fica a cerca de 8 km do Rio São Francisco e as dimensões compartilhadas entre este grupo indígena e o Rio são de muitas ordens. A construção da barragem de Itaparica não acarretou o reassentamento dos Pankararu, mas numa intensa transformação do território e da vida cotidiana dos indígenas.

²² O povo Pankararu vive em uma T.I. homologada em 1987, reconhecida pelo SPI na década de 1940. No entanto esta demarcação não reconheceu toda a dimensão do território reivindicado pela etnia e diversos processos e modificações da extensão do território são enfrentados e finalmente formalizados em 2007, com a homologação da T.I. Entre Serras.

Diferente do caso Tuxá, apenas algumas famílias Pankararu que trabalhavam nas áreas mais próximas ao rio foram reassentadas em agrovilas próximas à T.I. Pankararu. Próxima à T.I. Pankararu foi criada uma nova cidade para abrigar os trabalhadores da CHESF, e mesmo que já existissem relações próximas com os não-índigenas, o acesso e a circulação de pessoas aumentou muito com a construção da cidade e também da rodovia BR-110, que liga Paulo Afonso à Petrolândia. Dentro da T.I., as redes de transmissão começaram a figurar na paisagem, que passava a ter energia elétrica de forma gratuita, mas não tinha nenhum tipo de indenização pelos “impactos” da construção da barragem.

Contudo, a maior modificação em relação aos danos causados pela construção da UHE Luis Gonzaga, esta sim extensiva a todo povo Pankararu, foi a inundação de seus territórios tradicionais, que acarretou em perdas socioculturais imensuráveis. Concebidas enquanto espaços de morada e “produção” de *Encantados*, as corredeiras de Itaparica estão imbricadas na origem mítica dos Pankararu, segundo Silva (2003 [1975]). Arruti (1996) afirma que as cachoeiras submergidas eram pensadas como um signo fundamental do *segredo* da aldeia, conectados a sua *ciência*. As corredeiras foram inundadas na construção do lago resultante da barragem da UHE Luiz Gonzaga, e essa modificação do território da etnia – mesmo que fora da área delimitada pela T.I. – significou o que Arruti (1996) chama de *desencantamento*. Mas a construção do Lago de Itaparica também causou outros prejuízos à relação dos Pankararu com seu território. O impedimento do acesso irrestrito ao rio foi uma delas, pois nas imediações da UHE Luiz Gonzaga o banho e a pesca são práticas proibidas. Atividades que eram parte indissociável do cotidiano Pankararu.

O crescimento populacional na T.I. Pankararu, somado às estiagens nos últimos anos – entre 2010 e 2018 o semiárido enfrentou uma seca plurianual muito severa –, agravaram um problema já relatado por Sampaio-Silva em 1975: a falta de água. Quase três décadas após a construção da UHE Luiz Gonzaga, os Pankararu ainda não contam com nenhum tipo de bombeamento de água suficiente para suprir o consumo humano dentro da aldeia, somente água para abastecer as escolas e o posto de saúde. O abastecimento na comunidade se faz, como em quase toda a porção rural do sertão de Itaparica, por meio de caminhões-pipa, que trazem água voltada apenas para consumo humano e insuficiente para abastecer a agricultura ou criação de animais. O direito à produção agrícola através de um investimento na disponibilização hídrica é uma bandeira das reivindicações dos Pankararu, que esperam que o problema seja solucionado a partir

da instalação de um sistema adutor para as T.I. Pankararu e T.I. Entre Serras, em fase de implantação.

O processo de mobilização dos movimentos sociais de reassentados pela UHE de Itaparica adentra o período democrático brasileiro, mesmo que sua construção tenha se iniciado em meio à ditadura militar. Apesar do novo regime político adotado pós-1988, podemos perceber que os dispositivos resguardados pela Constituição Federal Brasileira para maior inclusão das populações tradicionais nos processos decisórios sobre projetos de desenvolvimento não foram completamente efetivados, como me sinalizavam meus colaboradores de pesquisa. Mesmo após mecanismos como a Convenção 169 da OIT, da obrigatoriedade do Licenciamento Ambiental, Estudos e Relatórios de Impactos Ambientais constituírem a prática dos órgãos executores dos *emprendimentos*, o direito efetivo de participação das comunidades tradicionais do sertão de Itaparica é ínfimo.

Em um documento intitulado “Comunicação ao Comitê de Especialistas na Aplicação das Convenções e Recomendações a OIT sobre o cumprimento da Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais”, no contexto do projeto “Protagonismo dos Povos Indígenas Brasileiros através dos instrumentos internacionais de Direitos Humanos” em 2008, as organizações indígenas APOINME, CIR, COIAB e Warã Instituto Indígena Brasileiro redigem uma avaliação sobre as ações do Estado Brasileiro em relação aos povos indígenas. Este documento buscava relatar as violações da Convenção 169, referente a cinco casos relacionados: a Hidrelétrica de Belo Monte, a Terra Indígena Guarani-Kaiowá, a T.I. Raposa Serra do Sol, a mineração na T.I. dos Cinta Larga e a Transposição do Rio São Francisco. Em relação à Transposição do São Francisco denuncia-se, por meio da ação documental, o desrespeito ao direito de consulta pública com os 38 povos indígenas impactados pela modificação da Bacia do rio São Francisco, a exemplo do povo Anacé, que será implicado pelo canal que levará água para o Complexo Industrial e Portuário de Pecém. Mais especificamente voltado aos indígenas diretamente implicados pela construção dos canais, o documento denuncia, por um lado a truculência no despejo e interdição de terras para o início das obras e, por outro, a morosidade na demarcação de seus territórios, enquanto a construção dos canais avançava normalmente. Denuncia-se também, a infração do artigo 49, § XVI, da Constituição Federal devido aos *emprendimentos* não terem obtido do Senado Federal o aval para a exploração hídrica em Terras Indígenas.

Nesta perspectiva, o documento em questão relembra o artigo 231 da Constituição Federal de 1988 que definia o direito originário dos povos indígenas aos seus territórios tradicionalmente ocupados e previa a demarcação das terras indígenas em cinco anos - matéria em que se avançara muito pouco, então duas décadas mais tarde. A mesma Comunicação de 2008 relembra, ainda, que as terras tradicionalmente ocupadas²³, a partir da Constituição de 1988, passam a ser patrimônio da União, o que garante aos indígenas ocupantes das terras o uso e manejo dos rios, solos e riquezas naturais existentes. Não obstante, o documento defende que os conflitos vivenciados pelos indígenas têm relação direta com o descaso frente às demarcações de terras indígenas. Especificamente sobre os povos implicados nos territórios de onde começam as obras de construção dos canais da Transposição, evidencia-se a insegurança territorial e os inúmeros conflitos, como violência e criminalização de lideranças; conflitos de posse de terra com grupos intrusos, conflitos com grupos econômicos interessados no projeto e, principalmente, desqualificação identitária dos índios mobilizados para intervir no projeto.

Afastados por 50 km do lago de Itaparica, os Pipipã vivem em uma situação de sobreposição territorial. Podemos perceber quatro extratos sobrepostos em um mesmo território: um território indígena reivindicado pelas etnias Kabiwá e Pipipã, mais recentemente identificado como parte da terra indígena Pipipã; uma reserva biológica (REBIO), atualmente administrada pelo Instituto Chico Mendes (ICMBio); um assentamento de Reforma Agrária, administrado pelo INCRA; e uma área onde está sendo construído o primeiro trecho do canal Leste da Transposição do São Francisco administrada pela Codevasf, mas com sua construção vinculada à Compesa e DNOCS. Neste contexto, pode-se perceber um acirramento dos conflitos fundiários por conta de uma nova obra para disponibilidade hídrica, principalmente motivada pela grande especulação pelas terras que são vizinhas aos novos canais, acuando as comunidades tradicionais que estão em processo de regulamentação de terras. No caso do povo Pipipã, mesmo que tenha se fixado junto ao poder público a prioridade de tramitar a regularização fundiária concomitantemente às obras da transposição, os processos ficaram parados enquanto a obra prosseguia.

23 Alfredo Wagner Berno de Almeida tem um importante trabalho na designação das terras tradicionalmente ocupadas, principalmente acerca da incompatibilidade dos termos jurídicos com os usos de terra comum a diversas populações tradicionais.

O caso Pipipã demonstra o quão é impróprio falar de água sem falar também da terra no sertão de Itaparica, principalmente no que diz respeito à questão do direito de acesso à água, que está vinculada à territorialização dos fluxos do rio. A ligação território reivindicado pela etnia, principalmente entre a Serra Negra e os Pipipã, quando traduzida por meio do qualitativo “território sagrado”, denota somente em parte o elo entre a Serra e seus descendentes. Os registros históricos mostram a relação de diversos povos com a Serra Negra espaço dos antepassados, dos rituais sagrados, dos conflitos sangrentos e do refúgio. No entanto, a composição da Serra Negra como abrigo de caça, fonte de água, mata nativa não é de menor importância para os Pipipã, afinal, só é a partir da inclusão desses recursos tangíveis que compõem o espaço em disputa que podemos ter maior dimensão dos conflitos do passado e entender como eles se modificaram ao longo do tempo, mas ainda permanecem no presente.

Seria muito importante para a vida cotidiana das aldeias Pipipã se a água do São Francisco fosse disponibilizada para consumo humano, uma vez que atualmente existe um só sistema de abastecimento para todas as aldeias, proveniente de um poço artesiano. A água deste poço é insuficiente para o abastecimento das aldeias Pipipã, e a água amplamente consumida na vida cotidiana é salobra²⁴. Na escola, no posto de saúde e na maior parte das residências é esta água que é utilizada, “menos aos hipertensos, por causa do sal que faz aumentar a pressão”, advertia-me o Pajé Expedito.

O cacique do povo Pipipã, Valdemir Amaro é contra a obra da transposição, pois defende que essa água dificilmente vai servir para o consumo nas aldeias Pipipã. No entanto, compreende que as pessoas estejam esperançosas, seja pela pequena oferta de alguns postos de trabalho, seja pela proximidade das obras, que gera a impressão de que haverá acesso à água do Canal para a comunidade Pipipã. Para o Cacique, pior que não ofertar água, é acabar com as únicas fontes de água doce que ficavam dentro de Serra Negra. Segundo ele, desde o começo das obras do canal leste, as fontes de Serra Negra secaram. O Cacique Valdemir associa essa mudança às constantes dinamitações

24 Segundo o Atlas Nordeste de Abastecimento Urbano de Águas disponibilizado pela Agência Nacional de Águas (ANA), a falta de dados acerca da água subterrânea na região é grande. No entanto, é sabido que em grande parte do Semiárido, os sistemas aquíferos apresentam teores de dureza, salinidade e ferro impróprios ao consumo humano. Entretanto, onde a água salobra é a única alternativa, ela é usada no abastecimento humano e em pequenas culturas agrícolas. Segundo a Resolução CONAMA 357/2005: águas doces apresentam salinidade igual ou inferior a 0,5 ‰, as águas salobras salinidade superior a 0,5 ‰ e inferior a 30 ‰ e águas salinas, a salinidade igual ou superior a 30 ‰.

realizadas junto às escavações para a construção do canal, uma vez que o solo nesta região é muito rochoso.

A história das comunidades tradicionais no sertão de Itaparica nos mostra que apesar dos supostos avanços constitucionais, somente a ação política dos movimentos sociais e de suas parcerias é capaz de condicionar forças suficientes para fazer pressão sobre a garantia efetiva de direitos às populações implicadas pelos *empreendimentos*. Pude compreender, portanto, que seguir o discurso das continuidades entre os projetos hidrelétricos e a Transposição do São Francisco era também uma forma de caracterizar suas diferenças, pois o movimento do discurso e da memória perpassavam diversos caminhos, entre o passado, presente e a esperança de um projeto de futuro.

AÇÃO POLÍTICA INDÍGENA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Não é possível pensar uma ação política pela água descolada das reivindicações sobre a terra no sertão de Itaparica. Os povos indígenas, assim como outras comunidades tradicionais e do campo, sofreram diversas modificações no seu território com as obras de desenvolvimento no submédio São Francisco, o que alterou não somente seu espaço de residência e produção, mas toda a dinâmica de suas relações sociais. A resistência foi motivada pelo sentimento amplamente compartilhado de que as grandes obras acarretam diversos prejuízos às comunidades tradicionais. A ação coletiva é fruto dessa história, uma resistência estratégica, traduzida amplamente pela palavra *luta*²⁵. Os dois principais espaços coletivos da *luta* indígena contra a obra da Transposição do São Francisco são a APOINME e um Comitê Especial Indígena formado dentro do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF).

A APOINME é a segunda maior organização indígena do Brasil, formada a partir das articulações políticas dos índios Xucuru. Hoje ela é dividida em 4 regionais e, em Pernambuco, a regional é formada pela articulação de 11 povos: Atikum, Fulni-ô, Kambiwá, Kapinawá, Pankararu, Pankaiwká, Pankará, Pipipã, Tuxá, Truká e Xucuru.

²⁵ Um desses espaços de ação, de caráter mais particular de cada povo, é a política eleitoral, que não abarcaremos na presente análise, mas que indica um caminho que está sendo admitido como estratégico aos povos indígenas em Pernambuco.

Segundo Oliveira (2010), esta articulação é o resultado da necessidade que o movimento indígena tem de se auto representar, em organizações políticas de base étnica definida. Como demonstra a autora, mesmo antes da existência formal desta articulação, já existia a participação de um grupo formado pelos povos indígenas do Nordeste junto ao movimento indígena nacional e que, desde a década de 1990, vinha atuando nas discussões acerca das terras indígenas, educação escolar e saúde indígena. Desde a sua criação formal, em 1995, a APOINME participa ativamente da *luta* para o cumprimento dos direitos indígenas, tendo por reivindicação principal a regularização das terras indígenas, processos de retomadas e ocupação de territórios.

Uma particularidade interessante apontada por Oliveira (2010) a respeito da APOINME é que a associação atua de diferentes formas em cada região em que é subdividida, ação que confere uma independência das microrregiões em relação a suas demandas específicas. Pensadas como uma forma de administração em relação à coordenação e os povos, essas regionais estaduais da APOINME mantêm um diálogo direto com os povos representados, elaborando estratégias locais de ação, assim como estabelecendo objetivos que podem ser acolhidos como questão comum à articulação. É interessante ressaltar o acento que a autora promove ao indicar que os indígenas também se apresentam de forma plural no campo das reivindicações políticas, com objetivos diversificados e ações políticas coletivas organizadas. Assim, a ação indígena em cada regional conta com rede específica de alianças, seja com associações, com mobilizações de base étnica, movimentos sociais não indígenas e ONGs, que podem ser aliados em uma regional e não em outra. Um jogo político sem ordenamentos fixados, mas em constante “*flutuação de relações*” (*Ibidem*, p. 143) condicionada por fatores históricos, sociais e políticos de cada região.

Nesta perspectiva, ressalta-se que o movimento indígena no estado de Pernambuco se forma atrelado ao terceiro setor, principalmente a ONGs de cunho ambiental e religioso, em particular a participação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI)²⁶. A parceria entre CIMI e o movimento indígena em Pernambuco remonta à década de 1980, que resultou em um direcionamento mais consistente em relação à cobrança pelo cumprimento dos direitos indígenas. Segundo Oliveira (2010), este envolvimento se deu

26 Rufino (2013) discute as mudanças na ação do Conselho Indigenista Missionário frente a transposição do São Francisco e como este contexto possibilitou uma nova forma de articulação entre a Igreja Católica e os indígenas em Pernambuco.

em um período em que a maioria dos povos indígenas pernambucanos vivia em situação de extrema pobreza e, em sua maioria, envolvidos em conflitos fundiários por não terem suas terras demarcadas. A autora aponta como fruto deste percurso novas alianças, que foram surgindo junto a outras ONGs ligadas ao campo do indigenismo, atuantes no planejamento, assessoria e mobilizações específicas para efetivação dos direitos indígenas²⁷.

Um último ponto interessante a ser ressaltado é o recente movimento da APOINME, na busca de uma maior representação política formal, especialmente a partir da crescente capacitação de suas lideranças. Ao abordar os processos de construção de lideranças indígenas, Oliveira (2010) aborda um processo recente de busca por especializações e capacitações profissionais para dar conta da demanda do próprio movimento, que vê no *mercado de projetos*²⁸ uma oportunidade para buscar a autonomia e sua capacidade de auto sustentação. Essas capacitações profissionais podem ser da ordem política ou mesmo técnica, com interesses em campos como da administração, gerência de projetos ou mesmo organização dos movimentos sociais.

Durante o trabalho de campo, também pude acompanhar a sinalização de uma mudança quando Vasco Pankararu passa a ser o coordenador geral do coletivo indígena e coloca em movimento um projeto de aproximação dos indígenas do sertão de Itaparica. Segundo o coordenador regional da APOINME Norte-Bahia, Francisco Tuxá, era importante reunir todos os povos indígenas da região do São Francisco, principalmente aqueles impactados pelos projetos de desenvolvimento para *fortalecer* o movimento, ou seja, tentar construir com maior número de aderência um grupo de povos indígenas para a ação política. Outras movimentações das lideranças que pude acompanhar foram motivadas pela preocupação em buscar oportunidades de assistências e políticas públicas que possam ajudar os povos indígenas da região a se estruturarem melhor. Essas movimentações visam criar uma rede para buscar oportunidades em editais do governo e

27 A autora retoma o conceito de tutela fraturada, utilizado por Fialho (2003), para caracterizar este processo de envolvimento das ONG's com o movimento indígena. Fazendo referência ao conceito de cidadania fraturada, utilizado por João Pacheco de Oliveira (1999, p. 193), Fialho (2003, p. 255) propõe o conceito de tutela fraturada para designar o risco do movimento indígena correr ao se aliar com outros agentes, que projetam a figura da tutela aos indígenas mesmo não sendo parte do Estado.

28 O termo remete à expressão cunhada por Bruce Albert (Albert, 2000), em seu esforço de mapear e analisar as associações indígenas da Amazônia, que se multiplicavam na virada dos anos 1990 para os anos 2000. O “mercado de projetos” representava um panorama singular da virada para o terceiro milênio.

até mesmo de instituições estrangeiras, procurando atender as necessidades efetivas dessas comunidades.

Nos Comitês de Bacias Hidrográficas²⁹ encontramos outro espaço privilegiado da *luta* indígena contra a obra da Transposição. Instituídos em 1997, Os Comitês visavam uma administração integrada entre gestores e usuários das águas de uma bacia hidrográfica, sob a rubrica da chamada “Lei das Águas”³⁰. Os comitês de bacias hidrográficas são órgãos de estrutura mista entre o poder público, sociedade civil e empresas usuárias de água que se envolvem na a criação de uma gestão participativa da água. A organização desses Comitês é formada pelos seguintes agentes: Plenário, Diretoria, Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho e Secretaria Executiva.

Também existe um comitê específico para a bacia do rio São Francisco. Criado em 2001, o Comitê da Bacia do Rio São Francisco busca integrar a preocupação ecológica em relação aos danos ambientais já causados ao rio, por conta dos projetos hidrelétricos, bem como solucionar os conflitos de uso da água entre agricultores irrigantes, empresas de abastecimento de água e empresas administradoras dos projetos hidrelétricos. Um grande avanço conquistado na *luta* pela água pelos povos indígenas e comunidades tradicionais do Submédio São Francisco foi a criação de uma Câmara Técnica dentro do Comitê de Bacias do Rio São Francisco. Cristiane Julião, antropóloga Pankararu e secretária da APOINME, considera fundamental para os povos indígenas do rio São Francisco ter sido aprovada, em 2007, uma Câmara Técnica composta por representantes de Movimentos Sociais e de Comunidades Tradicionais (Conselho Indigenista Missionário/CIMI, Comissão Pastoral da Terra/CPT, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas/CONAQ, entre outros). Como me relatou Cristiane, a Câmara Técnica tem caráter consultivo e deliberativo, apesar de não se reunir com a periodicidade desejada na sua implantação. Outro ponto a ser conquistado, segundo a liderança, é a inserção do debate sobre a própria Convenção da Diversidade Biológica (CDB)³¹, que muitas vezes não serve de diretriz para as ações e necessita também da

29A literatura obre os Conselhos de Bacias Hidrográficas no Brasil é vasta. Cardoso (2003) faz uso de parte dessa bibliografia para analisar o caso da participação democrática no Comitê de Bacias em Minas Gerais. Para a autora, a criação dessa estrutura possibilita a participação de novos atores políticos na gestão hídrica, ainda que apresente fragilidades. No entanto, a autora coloca que a novidade da estrutura consiste em dar espaço para se analisar os diversos conflitos existentes dentro das Bacias Hidrográficas, submetê-los à avaliação técnica e planejar a hierarquia das ações a serem tomadas.

30 Título II, cap.1, artigo 33 da Lei nº 9.433, de 8 de Janeiro de 1997.

31 Manuela Carneiro da Cunha (1999) expõe os pormenores das reivindicações das populações tradicionais na regulamentação da CDB, principalmente no que toca o reconhecimento do valor dos saberes locais.

regulamentação do Governo Brasileiro para ter força de enfrentamento das questões específicas do contexto nacional, inseridas nela preocupações com a qualidade e usos da água no país.

Esta relação de convergência e parceria entre as comunidades tradicionais e povos indígenas é interessante ressaltar que ela não é automática, simples, muito menos natural. Em momentos de transição e mudança, as relações de afinidade não estão dadas e conflitos motivados por diversas causas, inclusive, por recursos financeiros, terra e água, podem tomar lugar.

O ano de 2012 foi significativo da *luta* dos povos indígenas do Submédio São Francisco por água e território. Em uma reunião do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco (CBHSF), apresentou-se uma reivindicação pelo abastecimento do povo Pankararu, em meio a discussões sobre os projetos do Governo Federal que voltavam a estabelecer grandes modificações nos fluxos do rio na região. Na ocasião, os povos indígenas e representantes da FUNAI apresentaram um projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI) e políticas públicas específicas voltadas ao meio ambiente.

Outra ocasião de grande importância em 2012 foi a Marcha das Águas. Reuniu diversos movimentos sociais e foi organizada como forma de protesto contra grandes obras de desenvolvimento na região, em especial representava a manifestação dos povos indígenas contra a construção de uma Usina Nuclear em Itacuruba. A Marcha das Águas também reivindicava outros tipos de investimento, em projetos que buscassem a intervenção mais direcionada à vida das comunidades tradicionais, com menor dano ao meio ambiente. A atividade foi considerada a abertura da “Cúpula dos Povos”, evento organizado paralelamente à Reunião “Rio + 20”³², entre movimentos sociais de várias nacionalidades e sociedade civil. O documento produzido nesta atividade, a “Carta de Itacuruba”, traz em uníssono as reivindicações dos povos indígenas e comunidades tradicionais do sertão de Itaparica:

Entre os dois eixos da Transposição de águas do Rio São Francisco, em direção ao território indígena Pankará, onde o governo pretende instalar a primeira usina nuclear do Nordeste, no coração do Semiárido em

Essas formas alternativas de se fazer ciência, que normalmente são oprimidas pela associação entre saber científico e mercado, teria na CDB um tipo de garantia de existência.

32 A RIO + 20 foi uma Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, como uma marca de reafirmação dos compromissos firmados ao longo dos 20 anos da Eco 92, assim como a inclusão de novas pautas.

tempo de seca, nós, cidadãos, cidadãs, indígenas, quilombolas, movimentos sociais, populações urbanas, igrejas, homens, mulheres, idosos, jovens e crianças, reunidos na Marcha das Águas, juntos com as entidades promotoras e participantes deste Ato Público, inauguramos a Cúpula dos Povos em pleno sertão de Pernambuco, neste dia 03 de junho.

(...)

O POVO NÃO QUER USINA NUCLEAR! Pois, até hoje centenas de famílias sofrem com os desmantelos causados pela Barragem de Itaparica, hoje denominada Luiz Gonzaga; são marcas profundas que o tempo não apaga.

(...)

Nossa região não precisa de mais uma megaobra problemática, carecemos de investimentos públicos em educação, saúde, segurança, soberania alimentar e hídrica, economia popular e solidária, reforma urbana que humanize a cidade, reforma agrária verdadeira, agilidade no processo de identificação e demarcação dos territórios tradicionais. Queremos investimentos na Convivência com o Semiárido, na agroecologia, queremos água através das adutoras para as populações das cidades e a revitalização do nosso grande manancial que é o rio São Francisco. USINA NUCLEAR NÃO!

(Marcha das Águas, 2012)

Como procurei demonstrar ao longo do artigo, o que move ação política dos povos indígenas e comunidades tradicionais no sertão de Itaparica não é exatamente o tipo do *empreendimento* que está em execução, ou mesmo as benesses e serviços prometidos por esses projetos. Além disso, o que essa ação política afirma não é somente as marcas de um passado de modificação territorial, mas uma antecipação do que pode existir em decorrência desses *empreendimentos*, assim como, os riscos e prejuízos não só aos modos de vida já atrozmente modificados pelas obras anteriores, mas o destino do rio e de seus povos. Essa reivindicação sobre o rio São Francisco não figurava num discurso embasado na propriedade das águas, mas na possibilidade de continuidade das trocas, semelhanças e relações que essas populações mantêm com elas. O rio, as represas, os territórios

submersos, as práticas e manejos da água doce no passado, os conflitos do presente e a imprevisibilidade do futuro constituíam uma forma de territorialidade muito específica dessas populações para com o rio São Francisco. E a ação política dos povos indígenas foi e é um meio de assegurar a continuidade do exercício dessas relações de territorialidades singulares, apesar das mudanças inerentes aos *empreendimentos* na região.

BIBLIOGRAFIA

ALBERT, B. Associações Indígenas e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira, In: RICARCO, C. A. (org.) Povos Indígenas no Brasil 1996/2000. São Paulo: Instituto Socioambiental, p. 197-203, 2000.

ALBUQUERQUE, M. A. S.. O regime imagético Pankararu: Performance e arte indígena na cidade de São Paulo. 01. ed. Florianópolis: UFSC, 2017. 425p .

Cardoso (2003)

ARRUTI, J. M. *O Reencantamento do Mundo: Trama Histórica e Arranjos Territoriais Pankararu*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

CUNHA, M. C. Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. Estudos avançados, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 147-163, 1999.

HOHENTHAL Jr, W. D. "As tribos indígenas do médio e baixo São Francisco". São Paulo: Revista do Museu Paulista. Nova Série, vol. XII, 1960.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Comunicados do Ipea nº61 – Migração Interna no Brasil. Brasília: Ipea, 2010.

LIMA, R. Um rio são muitos. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

MELATTI, J. C. Áreas Etnográficas da América Indígena: Nordeste. Brasília, 2015 [1970]. Disponível em: <http://www.julielatti.pro.br/areas/b1nordeste.pdf>. Acessado em: 07/11/2016.

- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (MIN). *Relatório de Impacto Ambiental – RIMA do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional*. Brasília, 2004.
- OLIVEIRA, J. P. A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.
- OLIVEIRA, K. E. Estratégias Sociais no Movimento Indígena: representações e redes na experiência da APOINME. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2010.
- PIERSON, D. O Homem no Vale do São Francisco. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972.
- PINTO, E. Os indígenas do Nordeste. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1938.
- RUFINO, M. P. Águas da discórdia: a transposição das águas do Rio São Francisco e as mudanças de curso da missão indigenista católica. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 56, p. 15-44, 2013. João Pacheco de Oliveira (1999, p. 193), Fialho (2003, p. 255)
- SALOMÃO, R. D. B. Tradição, Práticas Rituais e Afirmação Étnica entre os Tuxá de Rodelas. *Cadernos do LEME*, Campina Grande, v. 3, n. 1, p. 2-24. jan.-jun. 2011.
- SAMPAIO SILVA, O. Índios Pankararu, de Itaparica, Pernambuco (Pesquisa realizada em 1975). *Cadernos do LEME*, Campina Grande, v. 5, n. 1, 2013.
- SAMPAIO SILVA, O. Tuxá. São Paulo: Annablume, 1997.
- SCOTT, R. P. Negociações e Resistência Persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.
- TEÓFILO, R. A Fome. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979
- TOMÁZ, Alzeni et all. Povos indígenas do Nordeste impactados com a transposição do rio São Francisco. APOINME, AATR, NECTAS/UNEB, CPP e CIMI, s/d (Relatório de denúncia).
- VIANA, C. Conflitos Socioambientais do Projeto de Integração do Rio São Francisco. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.
- VILLA, M. A. Vida e Morte no Sertão: história das secas no nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Editora Ática, 2001.